

CULTURA DA PAZ

Implantação de ações e boas práticas na comunidade escolar



“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

Autores do Projeto:

Aline Paula Sanczkoski
Psicóloga - Especialista em Serviço Social; Oncologia e Cuidados Paliativos
Servidora SEED/PR - Representante Ouvidoria, Compliance e Segurança Escolar
Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão

Ana Paula Bosio Lopes
Professora SEED/PR - Assistente de Município - Ampére/PR
Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão

Parceiros do Projeto:

Secretaria Municipal de Educação Ampére
Professora e Secretária Municipal - Margarete A. Cândido Dal Molin

Polícia Militar Ampére
Sr. Comandante do 2º Pelotão da Polícia Militar de Ampére 2º Sgt. Valdecir de Lima
Soldado Abiane Ribeiro

Ministério Público do Estado do Paraná Comarca Ampére - PR
Exa. Dr. Promotor de Justiça Igor Rabel Corso

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Comarca de Ampére
MM. Dr. Juiz de direito Cristiano Diniz da Silva

Delegacia de Polícia Civil Ampére
Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira

Conselho da Comunidade da Comarca de Ampére
Psicanalista - Andreas Lohmann
Assistente Social - Rosana Tavares

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

A violência no ambiente escolar tem apresentado números expressivos, causando grande preocupação com a segurança de crianças e adolescentes, bem como da comunidade escolar.

É importante para tal, considerar aspectos sociais, culturais e históricos sobre a violência. Analisando criteriosamente esse tema, verificamos que a violência escolar é um reflexo, uma amostra da violência social.

Essa violência tão expressiva é resultado da cultura de violência que tem sido perpetuada e reforçada por gerações, abrangendo não somente classes desfavorecidas ou vulneráveis, mas toda a sociedade.

Outro fator importante a ser considerado é a normalização da violência, onde as práticas violentas, atos hostis passam despercebidos por grande parte da população, sendo considerado como comportamento normal dentro da atual cultura.

Em relação a essa questão, identificamos que existem concepções sobre violência totalmente equivocada, aqui pode ser citado a violência contra a mulher, onde apresenta raízes preconceituosas, pois mesmo diante da violação sofrida a mulher continua sendo julgada e culpada. Tal ideia, com grande equívoco, define a mulher como submissa, sem merecimento de respeito. Fato que demonstra a urgência na mudança de comportamentos sociais. Entretanto, é necessário que ocorra uma desconstrução de padrões culturais que alimentam a cultura da violência.

Portanto, é importante entender, discutir todos os tipos de violência e ressignificar, para que haja esclarecimento e compreensão dessas práticas que precisam ser abolidas do meio escolar e da sociedade.

Dessa forma, é necessário destacar que a educação é princípio de transformação social e cultural, portanto é a principal ferramenta de mudança de comportamentos e ações na sociedade, pois apresenta aos educandos conhecimento e vivências, permitindo que haja reflexões significativas sobre as temáticas tratadas e estudadas. Assim, a escola exerce importante papel na formação de percepções e concepções no ser humano, contribuindo expressivamente para a formação de sua personalidade e caráter.

Entretanto, não cabe a escola o papel principal de educar, sendo atribuição familiar. Porém, em muitos casos é neste espaço que a criança e o adolescente recebem orientações sobre moralidade e boas práticas, além de acolhimento e afeto, fator este, que torna a escola uma referência de boas práticas e suporte afetivo.

Ainda, é imprescindível considerar que existem dois importantes espaços onde as crianças e adolescentes elaboram os vínculos e vão formando a compreensão de relações, sendo estes a família e escola. Ressalta-se aqui a importância da escola na orientação das boas práticas visando relações interpessoais saudáveis no ambiente escolar, que irão marcar a vida dos alunos e reverberar nos seus relacionamentos sociais e pessoais.

O presente projeto tem como objetivo levar luz aos estudantes, a comunidade escolar e sociedade, através discussões, reflexões, e, através de boas práticas a mudança de comportamentos violentos para ações e atitudes compassivas. Sendo necessário em conjunto buscar ressignificar o contexto social e cultural e assim, implantar a CULTURA DE PAZ.

Portanto, em ação conjunta serão realizadas atividades envolvendo o Grêmio Estudantil e instâncias colegiadas dos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual do Paraná, bem como da Rede Municipal de Ampére, com coordenação da Assistente de Município e acompanhamento do NRE, Secretária Municipal de Educação, Polícia Militar MPPR e TJPR. Este projeto será ofertado para outras comarcas e núcleos regionais de educação, caso haja interesse em implantação. Entretanto, os direitos autorais permanecerão sob as mencionadas autoras.

JUSTIFICATIVA

Conforme acima elencado e considerando a necessidade de romper o ciclo violento no meio escolar e perpetuado na sociedade é importante a implantação de ações no ambiente escolar envolvendo os alunos e toda comunidade.

Este projeto tem como base a elaboração de ações no ambiente escolar para a implantação da cultura da paz e o rompimento da cultura da violência.

Ademais, essas ações também possibilitarão trabalhar questões de liderança, pro atividade e assertividade com os alunos, sendo que estes ocuparão seu real papel no ambiente escolar, através da elaboração e implantação de ações visando a efetivação da cultura da paz escolar e social.

A cultura da paz não está embasada em sensacionalismo sobre uma sociedade que necessita de mudanças, todos somos responsáveis por mediar as ações para que estas sejam garantidas nas instituições. O plano Nacional da Educação (PNE 2014) traz em sua redação a Meta 7, item 7.23:

Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção da cultura da paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade. (BRASIL, 2014, p. 65)

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL: Implantar a Cultura da Paz no ambiente escolar e sociedade através de práticas e ações.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Sensibilizar toda a comunidade escolar acerca da importância do debate, do conhecimento e do enfrentamento em relação aos tipos de violência que pairam o ambiente escolar;

- Possibilitar o desenvolvimento de ações através do Grêmio Estudantil, contemplando toda a comunidade escolar, objetivando boas práticas;

- Realizar ações de boas práticas e envolvendo toda comunidade escolar e sociedade/município;

- Conhecer as concepções morais e subjetividades dos adolescentes, abordando as suas compreensões sobre papéis de gênero, sexualidade, relacionamentos afetivos e conflito familiar, de forma geral;

- Despertar o senso crítico e reflexivo entre os alunos acerca da violência;

- Conduzir os estudantes à reflexão sobre a violência de gênero, suas causas e implicações na vida das mulheres que são vítimas de violência;

- Fornecer subsídios para que os estudantes sejam capazes de identificar as diversas formas de violência, transformando-os em agentes replicadores de ações na prevenção e coibição.

- Criar um amplo espaço de divulgação de materiais para possibilitar conhecimento, debate, crítica e denúncia quando os casos de violências fiquem evidenciados;

- Desenvolvimento de lideranças e responsabilidade visando práticas assertivas e compassivas entre os alunos;

- Desenvolvimento de habilidades de comunicação não violenta;

- Implantação de círculos restaurativos e mediação de conflitos através da Justiça Restaurativa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A violência na atualidade tem sido muito debatida e evidenciada, como se esse fenômeno tivesse nascido na sociedade contemporânea, entretanto faz parte dos primórdios da existência do homem.

Assim, é importante fazer uma breve revisão de aspectos históricos e culturais da existência humana. Desde que o homem existe na sociedade, a violência se expressa em suas práticas.

Em análise aos primeiros registros, ainda de uma época remota e não civilizada, verifica-se a existência da violência nas ações do homem paleolítico, a qual era utilizada principalmente como defesa e forma de sobrevivência. Sem civilização os comportamentos eram primitivos e selvagens, e, não se identificavam indícios de desenvolvimento de moralidade

Entretanto, com o decorrer dos anos, a violência apresentou uma modificação em seu formato, passando de um aspecto de defesa e seguindo pelo viés do conflito coletivo, entretanto a essência continuou sendo primitiva.

Segundo a UNESCO, os primeiros vestígios da violência coletiva são verificados à 13000 a.C.

No decorrer de todos esses anos, a violência se acentuou, se desenvolvendo de forma intensa, tomando força e ganhando espaço, inclusive expandindo após a civilização.

Com o desenvolvimento de habilidades humanas e tecnológicas a violência foi se transformando e assumindo novas formas. Utilizando da sua inteligência o homem desenvolveu ferramentas e objetos que apresentam como base e essência atos e ações violentas, e, podem ocasionar danos de grandes proporções. Aqui pode ser elencado o desenvolvimento de armamentos bélicos, biológicos e nucleares, automóveis, aeronaves, meios marítimos, entre outros. Assim, a violência foi normalizada e passou a fazer parte do repertório de ações do homem com naturalidade.

Além desses objetos, encontra-se hoje na sociedade a falta de tolerância, de respeito, o indulto ao ódio a competição, frutos do egoísmo e do individualismo, onde não se pensa mais no coletivo, mas sim, apenas no individual.

Esse fato pode ser visto e analisado de várias perspectivas, e, principalmente nasceu e tomou força nas revoluções que fazia urgir o mundo moderno, estas que possibilitaram um salto no desenvolvimento do capitalismo, ciência e tecnologia, mas também, em razão de desproporcionalidades, se tornou uma fábrica de desigualdades sociais e de práticas violentas.

Vale destacar que cientistas, engenheiros e outros profissionais demandam tempo e recursos valiosos no desenvolvimento de armas, intencionando ações protetivas ou como forma de deter poder.

Outro ponto importante a ser elencado é que instigar a guerra movimentou o mercado de armas, quanto mais houver conflito e divergência, mas a sociedade utilizará de ferramentas coercitivas e repressivas, reforçando o capitalismo e o poder de uma pequena parcela da sociedade.

Entretanto, não será adentrado nesse mérito de forma minuciosa, pois muitos são os aspectos que envolvem a violência social. A história da violência já está escrita na sociedade e tem sido perpetuada a milhares de anos, sendo uma herança passada de geração em geração, e, cada dia com novos formatos, que causam um grande estrago na humanidade.

Os contextos de vulnerabilidade social, econômica e simbólica também influenciam no estabelecimento de relações violentas, mas não podem ser tomados a partir de uma lógica causal, uma vez que nenhum desses aspectos pode ser considerado como causa única. A vulnerabilidade social pode ser compreendida pela exclusão de crianças, adolescentes e suas famílias das possibilidades da convivência em espaços institucionais e comunitários reconhecidos, tais como a creche, a escola, os espaços de lazer e de cultura, entre outros.

Quanto à vulnerabilidade econômica, é preciso considerar que não se pode reduzir ou justificar a prática da violência pela pobreza, mas, por outro lado, não se pode negar que as condições precárias de existência atravessem os laços afetivos, ora fortalecendo sentimento de solidariedade entre os membros da família, possibilitando o enfrentamento da situação adversa, enfraquecendo esses mesmos laços pelo elevado grau de baixa autoestima de pais e filhos, provocando a intolerância, gerando reações violentas ao estado de desamparo e carência. A vulnerabilidade simbólica revela a fragilização da posição de autoridade e de referência dos pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes. Evidentemente, autoridade não é sinônimo de autoritarismo e o seu exercício é um ato de amor que possibilita segurança às crianças e aos adolescentes.

Outro fator importante a ser considerado é a influência das práticas parentais na formação da moralidade infantil. O fato de a criança vivenciar a violência no meio familiar, a condiciona a reforçar como um comportamento “normal”, incluindo como prática em seu repertório.

Segundo Pires, Roazzi, Nascimento, Souza e Mascarenhas (2018, p. 305):

Por fim, o conjunto de achados relevantes de pesquisa empírica apresentados fornece evidências sobre o papel que os pais desempenham no desenvolvimento dos seus filhos e como as práticas adotadas dentro do contexto familiar podem potencializar ou prejudicar o desenvolvimento de habilidades que são importantes para o convívio da criança em sociedade.

Ademais, vale destacar a formação da personalidade do sujeito, a qual será pautada nas suas vivências e experiências adquiridas durante este período, refletindo nos padrões de comportamentos escolhidos nas demais fases da vida.

A violência quando instituída como ações e práticas existenciais, tornam o ciclo repetitivo. É assim, que esse mal tem passado como uma herança por gerações, pois a única forma que o sujeito aprendeu foi através de vivências violentas, é sua forma de existir, é o seu jeito de se manifestar no mundo.

A violência é estabelecida com tanta naturalidade que na mídia e imprensa a grande parte do que é noticiado se relaciona a atos criminosos. A própria sociedade não dá ibope para ações positivas, pois não lhe é interessante, foge da essência do repertório existencial. A violência está tão impregnada que o bom e o belo não fazem sentido. E assim, os sujeitos seguem marginalizando, apontando o dedo para o crime, porém não se dão conta de que fazem parte desse processo.

Segundo Assis, Constantino e Avanci (2010, p. 151):

A violência no âmbito da família atinge uma parcela importante da população e repercute de forma significativa sobre a saúde das pessoas. Diferente de outras formas de violência que ocorrem em outros lugares, esta é a que menos está circunscrita a fatores estruturais da sociedade e é praticada por pessoas de todas as classes sociais, cores, religiões, status socioeconômico. As principais vítimas da violência familiar são crianças, adolescentes, mulheres e idosos, configurando violação de seus direitos. Em muitos casos, a violência familiar ameaça o direito à educação, ao desenvolvimento, à saúde e até mesmo à sobrevivência.

Diante disso, a escola tem seu papel fundamental na educação de maneira integral na vida do aluno, desenvolver o intelectual e o vínculo social e toda essa junção de habilidades desenvolvidas tem um objetivo principal: preparar o aluno para vida profissional e convivência em sociedade. Porém o que podemos observar em nossas escolas uma realidade contraditória ao objetivo da educação.

Alunos que não respeitam pai e mãe e conseqüentemente não respeitam os colegas, professores e pessoas do seu convívio. A grande preocupação é que o desrespeito não fica somente na comunicação, as palavras levam ao comportamento e o comportamento leva a atitudes violentas que comprometem o clima escolar.

Em julho de 2022, uma pesquisa quantitativa sobre violência, realizada pela NOVA ESCOLA com mais de 5 mil educadores, mostrou que sete em cada dez professores relataram casos de violência nas instituições onde trabalham. Apesar de menos frequentes, os casos em que os docentes foram agredidos também assustam. São 2.957 profissionais da Educação que afirmam ter sido vítimas de violência. Os estudantes são os principais agressores (50,5%), seguidos de familiares de alunos (25,7%), gestores escolares e colegas de trabalho (11,4%) e outros professores (9,4%) (REVISTA NOVA ESCOLA, 2022).

Podemos observar professores coagidos em sala de aula e muitas vezes no seu limite de capacitação para mediar situações de conflitos que ocorrem no dia a dia, assim como é possível observar crianças e adolescentes, sem perspectivas de vida, muitas vezes inseridas em um meio onde a violência se tornou rotina e acaba sendo vista de maneira naturalizada.

A violência como já mencionado, é uma cultura impregnada na sociedade e que existe a milhares de anos. Entretanto, emergiu de forma mais intensa nos últimos dois anos, no período pós pandemia do Covid-19.

A pandemia chegou a ser considerada como uma suposta salvadora da moral, pois muito se falava que neste período em que se vivenciou o horror da ocorrência de mortes em massa, se refletia o sentido da vida. Porém, não foi bem assim que a pandemia tocou o íntimo das pessoas, as quais se tornaram mais individualistas e egoístas, utilizando de todos os meios para se auto beneficiar. A violência dessa forma se fortaleceu e crianças e jovens que antes eram a esperança de um futuro de paz, hoje invadem escolas e cometem atentados e massacres com muita naturalidade, objetivando reforçar o poder e controle, bem como a maldade e o ego.

Para crianças e adolescentes agirem de forma violenta é necessário que o contexto onde convivem apresente essas possibilidades, dessa forma aprendem no seio familiar práticas violentas ou diante da negligência familiar e abandono moral são abraçados pelo crime. Quando a família não acolhe e abraça, o crime faz esse papel.

É comum observarmos nos relatos das famílias que afirmam não ter problemas com seus filhos pois estes não saem de casa, não possuem amigos que influenciam negativamente, e, isso traz uma falsa tranquilidade de que “está tudo bem”, entretanto, essa não é a realidade, pois crianças e adolescentes estão expostos nas redes sociais, em jogos virtuais com pessoas de vários lugares do mundo e o que parece não sair das quatro paredes, pode estar afetando psicologicamente e levando a um comportamento que quando for perceptível aos olhos da família, muitas vezes não se tem mais o controle.

A falta de presença e afeto dos genitores, faz com que crianças e adolescentes busquem atenção e pertencimento em outros espaços, como em jogos, companhias impróprias. Isso se agrava quando não existe supervisão e orientação dos responsáveis, dessa forma, não existem limites ou a compreensão dos perigos. Ademais, a falta de afeto, presença e acolhimento no seio familiar resulta em danos psicológicos imensuráveis. Fato, que leva crianças e adolescentes serem conduzidas com muita facilidade a caminhos perigos e muitas vezes sem volta.

A violência existe de forma intensa e expansiva, isso é fato! No mundo a ciência e a tecnologia seguem em amplo e contínuo desenvolvimento, trazendo benefícios, mas também muitos reflexos sociais negativos. O mundo não pode parar, o progresso precisa continuar. Porém, a

urgência é para que esse progresso também ocorra de uma forma benéfica, pacífica e positiva no desenvolvimento da moralidade e compaixão, para que o ciclo de violência seja encerrado e a Cultura da Paz seja estabelecida como repertório no comportamento e seja a base moral dos sujeitos.

Se a humanidade utiliza sua inteligência para desenvolver formas e métodos de violência com o discurso de se defender, e, de realizar grandes feitos na sociedade, acredita-se que tem a mesma capacidade para desenvolver habilidades pacíficas para a mesma finalidade.

Para encerrar um ciclo de violência enraizado, é necessário ressignificar a forma de se manifestar em sociedade, compreender que existem outras possibilidades, de conquistar espaços, e, para tal, um único caminho, o qual ocorre através da educação.

Assim, se a violência foi estabelecida na sociedade e hoje normalizada, é porque foi ensinado e muito bem aprendido. Dessa forma, se a violência foi ensinada, configura que a escola, família, e demais entidades/estruturas, são parte dessa sociedade, e, conseqüentemente replicadores dessa cultura.

Como já mencionado é imprescindível que ocorra uma ressignificação sobre os aspectos da educação, para que possa a sociedade enxergar e praticar a essência da educação.

Portanto, é importante que haja mudanças de visão sobre a educação, a qual hoje tem sido considerada apenas como uma forma “obrigatória” de adquirir conhecimentos básicos. Entretanto, a educação possibilita ferramentas de desenvolvimento social, crítico, cultural, afetivo, emocional, moral, entre outros.

Os currículos escolares estão repletos de temas que narram fatos históricos da violência, como as guerras, revoluções, inquisição, entre tantos outros. Porém, o ideal seria a contemplação da temática da cultura da paz nos currículos e disciplinas, se tornando obrigatório.

A nossa constituição prevê a garantia dos direitos fundamentados na cultura da paz e que deveriam fazer parte das práticas educacionais, a partir da Declaração Universal dos direitos humanos, documento criado em 1948 pela ONU, onde no artigo 26º diz:

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. 2.A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. 3.Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos (INSTITUTO DESINSTITUTE, 2021).

A educação é a principal ferramenta de construção cultural, se as vivências sociais são pautadas pela violência, é porque a educação está direcionada a este padrão. Dessa forma, para que

mudanças ocorram é necessário que ocorra mudança desses padrões, onde a escola precisa modificar seu formato, assumindo seu real e verdadeiro papel de ensinar para transformar vidas de forma positiva.

Compreendemos que a escola é composta por membros da sociedade, assim, todos os pares precisam assumir a responsabilidade de desconstruir esse velho e retrogrado padrão de violência e construir uma educação para a paz, refletindo em uma sociedade mais humana e pacífica.

É importante aqui considerar que cada sujeito possui uma personalidade própria, formada por aspectos filogenéticos, ontogenéticos e culturais. Dessa forma, sua forma de existir e se expressão está relacionada a esses fatores. Entretanto, as relações e as interações possibilitam mudanças contínuas e constantes. Considerando esses aspectos, existe um processo de transformação.

Segundo Junior, Bonifácio e Roso (2016, p. 124):

Isso significa dizer que o ser humano realiza uma apropriação particular da realidade coletiva que o cerca, a qual ele mesmo contribui para construir. Ele é resultante desse processo de interiorização da exterioridade coletiva e da exteriorização de sua apropriação particular. O sujeito objetiva-se na história que produz, também se perdendo nela, pois ele sozinho não é o único produtor da história, que é construída coletivamente.

É possível compreender que, quando falamos de sociedade, estamos afirmando que a realidade é coletiva e se ela é influenciada pelo meio, significa que precisamos reconstruir esse meio para iniciarmos a mudança na qual idealizamos. Quando falamos do meio, significa que não podemos pensar que se está tudo bem na minha família, não preciso me preocupar com os demais. Não podemos ignorar que estamos inseridos em um meio onde o conflito e a falta de valores podem nos influenciar se não tivermos a iniciativa de buscar com as nossas atitudes o futuro que queremos para nós e as próximas gerações.

Segundo Morais e Souza (2012, p. 13):

Consiste no processo pelo qual se podem dar respostas fundamentadas na relação do homem para consigo, para com os outros e para com a natureza. A resposta a esta situação é a conscientização da pessoa e da sociedade através da educação que se introduz os valores, conhecimentos que formam as bases do respeito pela paz, os direitos humanos e a democracia, porque a educação é um importante meio para eliminar, a ignorância, os estereótipos, as imagens do inimigo, e, ao mesmo tempo, promover os ideais da paz, da tolerância, da não violência e o apreço mútuo entre os indivíduos, grupos e nações.

Para isso, é necessário coragem para encerrar ciclos e padrões culturais, coragem para que haja mudanças morais. E como caminho para isso, fazer a educação em todos os espaços e locais com humanização, praticando a verdadeira empatia e compaixão na sociedade.

Para tal, é fundamental que a sociedade substitua comportamentos condicionados à violência, por condutas pacíficas. Que as escolas possam ensinar não apenas conteúdos, mas

também, que faça parte do currículo, práticas de afeto, atenção, acolhimento e compaixão, que humanizam, pacificam e curam.

Carlos Drummond de Andrade, já citava em sua magnífica poesia:

Pois de amor andamos todos precisados! Em dose tal que nos alegres, nos reumanize, nos corrija, nos dê paciência e esperança, força, capacidade de entender, perdoar, ir para a frente! Amor que seja navio, casa, coisa cintilante, que nos vacine contra o feio, o errado, o triste, o mau, o absurdo e o mais que estamos vivendo ou presenciando.

O ponto principal de tudo o que descrevemos aqui é: entendermos a nossa responsabilidade como seres humanos, se compreendermos que como sujeito somos responsáveis pela sociedade que está sendo construída, como profissionais entenderemos a necessidade de buscar conhecimento para contribuir na educação além do conteúdo, o ciclo de violência que deve ser rompido nas escolas e futuramente nas relações humanas.

Se a violência foi estabelecida como cultura na sociedade, tornando-se um ciclo e uma herança, existem condições suficientes para se instituir uma cultura de paz. Para tal, é imprescindível que ocorram mudanças subjetivas através de autoconhecimento e autoanálise, onde o sujeito precisa compreender suas imperfeições, identificando comportamentos inadequados para que haja a substituição por ações e condutas saudáveis e pacíficas, concretizando o dever, ou seja, o vir-a-ser no mundo. As transformações coletivas somente ocorrem quando são efetivas as individuais.

A realidade encontrada na sociedade é fruto da prática individual que reflete no coletivo. É certo que o sujeito por si só não consegue mudar o mundo, mas se cada um fizer sua parte, agindo de forma humana, pacífica e compassiva, o mundo será muito melhor.

Braga e Farinha (2017, p. 69), discorrem sobre as concepções de Heidegger que versam sobre as possibilidades de transformações do homem (dasein):

Assim, em contraposição a uma perspectiva abstracionista, a perspectiva fenomenológica existencial procura compreender as experiências humanas em sua totalidade. A existência não é apenas uma característica entre outras, mas busca abarcar todas as dimensões de nossas experiências, já que existimos com todos e em todos os aspectos que participam de nós mesmos – nosso meio social, nosso corpo biológico, as relações afetivas que estabelecemos etc. Nesse sentido é que Heidegger busca compreender o homem, como ser finito que é inserido no tempo e no espaço de sua existência e que se constitui, em seu ser, pelo questionar e interrogar a si próprio. Em sua analítica, o autor parte do Dasein enquanto ser-no-mundo, como um ente para quem o sentido do ser se apresenta ao encontrar-se cotidianamente frente a um aí: na circunvisão de um mundo que se apresenta a mim, estou a cada momento dirigindo quem sou em relação com as coisas, com os outros, com os entes em geral.

Se a cultura é composta por uma diversidade de ações, comportamentos e percepções, entende-se que cada sujeito contribui para essa formação social, se lançando como um ser-no-mundo e compartilhando suas experiências e percepções. Considerando tal premissa, não se pode fugir da

responsabilidade que cada sujeito possui na formação da cultura na sociedade. Portanto, como já afirmado e identificado, as mudanças de comportamentos e interações sociais são urgentes.

Segundo Roehe e Dutra (2014, p. 105), na teoria hiderggeriana o sujeito não é considerado de forma subjetiva, mas sim, coletiva:

Para Heidegger, o Dasein é sempre relação com o próprio ser, cujas características são chamadas de existenciais. Em Ser e Tempo, o Dasein é descrito em sua cotidianidade como ser-no-mundo que existe já sempre se projetando em possibilidades de ser, as quais são constituintes do seu próprio ser. Sendo-no-mundo, o Dasein não se mostra como um sujeito individualizado que representa objetos mentalmente, ao contrário, perde-se na impessoalidade do mundo compartilhado com os outros e lida com o que está ao seu redor de modo prático.

Dessa forma, é importante estabelecer mudanças de comportamentos para que se reflita no contexto social e coletivo. Assim, aos poucos vamos mudando padrões, encerrando ciclos de violência, e, estabelecendo a tão sonhada cultura da paz. A paz do individual refletirá na paz social e cultural.

A vulnerabilidade emocional é a conexão que precisa ser buscada com o que se possui de mais profundo a fim de encontrar valores que apresentem possibilidades de resolver os conflitos existentes.

Precisamos desenvolver em nossas crianças e adolescentes a inteligência emocional, sobre o saber lidar e gerenciar as emoções. Vivemos uma grande dificuldade de compreender e processar os sentimentos e emoções. Aprender a lidar com as perdas, limites, regras, com o “não”, só é possível quando compreendemos, identificamos e dominamos as nossas emoções.

Segundo o psicólogo e escritor Daniel Goleman, em seu livro “Inteligência emocional”, traça as competências emocionais e suas habilidades em cinco pilares, onde descreve que o autoconhecimento inicia com o reconhecimento das emoções, se conhece, consegue desenvolver a capacidade de lidar como que sente e isso traz equilíbrio para manter sua motivação ativa, conseguindo enxergar além das próprias perspectivas, a chamada empatia, quando consigo me colocar ao lado do outro. Todas essas capacidades desenvolvidas, fazem com que tenhamos a habilidade social que é a convivência e a iteração de qualidade e respeito.

Fato reforçado por Pelizzoli (2012, p. 24), quando discorre sobre a Comunicação Não Violenta e fatores emocionais:

O fato de a CNV ter posto como essencial a questão dos sentimentos envolvidos no conflito, representa um ganho de consciência na questão; as pessoas brigam basicamente motivadas por emoções, negativas em geral, chegando até a escravizar-se pelas mesmas (tendo o medo e a raiva como fundos prementes). Hoje sabemos que somos bastante guiados pelos condicionamentos e “disparos emocionais” de nosso cérebro “reptiliano”; temos dimensões bastante primitivas e sombrias que são partes de nossa natureza. Lidar bem com elas é apontado como a mais importante das inteligências.

Entender todas essas competências, nos traz possibilidades, de que se cada um desenvolver sua própria consciência, essas terão influências positivas na vida de outras pessoas, trazendo maneiras de ajudar na mediação de conflitos, da comunicação não violenta, do trabalho em equipe e de uma protagonismo que inspira a vida de outras pessoas.

É necessário considerar que cada sujeito possui responsabilidades diante de suas ações. Portanto, por mais que existam influências do meio onde encontra-se, as escolhas do homem não estão fadadas ao determinismo, pois este possui o livre arbítrio para se posicionar no mundo, e, realizar suas escolhas de forma autêntica, assumindo sua responsabilidade de ser-no-mundo.

Segundo Martins e Branco (2001, p. 172):

No que se refere ao indivíduo, a internalização de aspectos culturais é antecedida e orientada por elementos motivacionais, afetivos, que elegem e priorizam objetivos e conteúdos culturais, atribuindo-lhes um significado próprio no interior de um universo amplo de possibilidades. Por outro lado, a cultura à qual o indivíduo está ligado, e na qual ele se constitui, orienta suas expectativas e comportamentos em uma certa direção, sem com isto impor-lhe, necessariamente, um padrão definido de crenças, valores e comportamentos. Em função de aspectos motivacionais próprios, o indivíduo pode se opor de forma mais ou menos intensa às orientações apontadas pelas sugestões sociais, dando origem à singularidade de sua constituição subjetiva e, em consequência, permitindo-lhe introduzir novos aspectos na cultura coletiva.

Diante de toda essa problemática relacionada a violência na sociedade, emerge através do meio judiciário uma grande possibilidade de se instituir a Cultura da Paz, a qual chega por meio da Justiça Restaurativa, que prevê práticas de mediações de conflitos e conciliação.

A Justiça Restaurativa foi instituída através da Resolução n.º 255/2015, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, a qual estabelece as diretrizes das práticas restaurativas. Dessa forma, é importante destacar os princípios da JR, os quais precisam ser contemplados na sua integralidade no desenvolvimento da mediação.

Art. 2º São princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade (CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA - CNJ).

Para que o ciclo de violência seja encerrado na sociedade, é importante que haja a mediação de conflitos através de círculos restaurativos, visando a identificação e entendimento dos fatos, onde as partes devem ser ouvidas e ocorra a compreensão da existência de outras perspectivas de se manifestar no mundo enquanto sujeito.

É necessário que seja realizado um trabalho de ressignificação de comportamentos, práticas e condutas, para que o sujeito que comete atos violentos compreenda a existência de outras possibilidades na sua forma de se comunicar e existir no mundo. Dessa forma, a comunicação não

violenta entra como uma estratégia a ser implantada nas escolas, bem como na sociedade, onde deve ser desenvolvido e reforçado comportamentos e ações assertivas e pacíficas.

Segundo Pelizzoli (2012) relata:

No discurso da CNV fala-se de conflitos *negativos* e de conflitos *positivos*, para expressar aqueles que geram mais dor, mágoas, estrago, sinergia negativa, etc., ou os que geram sinergia positiva, mudanças criativas, renovações e novos estágios de relação ou comunicação – e assim reparação e alguma afetividade. A tarefa da CNV é ajudar a entender os conflitos negativos, atuar em suas causas (atuar até certo ponto, pois muitas questões ultrapassam sua esfera, como questões econômicas ou psicológicas mais graves), e promover as estratégias positivas, resolutivas e de relacionamentos saudáveis, por meio do encontro e da comunicação sem bloqueios, como veremos. De algum modo, trata-se de recuperar a capacidade para o diálogo, curando a sua incapacidade, como diria Gadamer.

Ainda, o autor apresenta aspectos importantes que relatam brevemente a essência e histórico da Comunicação Não Violenta, e, que precisam ser considerados para a compreensão dessa importante ferramenta:

Em termos gerais, a não-violência é uma tradição teórica e prática muito longa, que tem em Gandhi um de seus nomes consagrados. A CNV inspira-se filosoficamente nesta tradição, aurindo também outros saberes de modelos comunicacionais de paz, tanto quanto do saber da psicologia social e de grupos. Para entendê-la, é preciso questionar e alargar o conceito de violência, no sentido de tirá-lo do âmbito extremamente reduzido da violência criminal “do bandido e do assassinato”, e pensá-lo sistemicamente, dentro de campos sociais conflitivos, dentro de necessidades feridas, dentro de perdas de dignidade e da humilhação, dentro da produção de “bodes expiatórios” sociais, dentro da violência estrutural e seu *apartheid* social. A vantagem da CNV é que, haurindo valores, necessidades, emoções e pedidos essenciais que os seres humanos têm para viver, além de necessidades materiais, ela faz-se essencial em qualquer âmbito social e mesmo em contextos de crise e desestruturação - pois todo sujeito quer ser entendido, respeitado, quer algo de alguém e precisa pedir, tem vulnerabilidades, depende dos outros, quer algum tipo de laço social, e assim por diante.

Ainda, é importante considerar que o sistema prisional está fadado ao insucesso, haja vista que não contempla uma política eficaz de ressocialização e ressignificação de comportamento. Não existem ações dentro desse sistema que apresentem possibilidades diferentes ao criminoso, apenas reforçam mais o ódio diante do resultado da vulnerabilidade em que foi pautada sua existência. O sujeito criminoso é apenas retirado da sociedade por um período, onde passa por um sistema que reforça seu comportamento e novamente é inserido na sociedade, muitas vezes em situação moral pior do que quando foi submetido a prisão. Não há como divergir, o sistema social e cultural mantém de forma latente o ciclo de violência na sociedade.

Conforme cita Secco e Lima (2018, p. 458/459)

A plena implementação da justiça restaurativa pode representar uma forma de empoderar as partes interessadas de um conflito na busca de soluções que possam reestabelecer relações harmoniosas em uma comunidade. Representa ainda uma oportunidade para que possamos atingir um dos principais objetivos quando lidamos com o crime, que é a reinserção do ofensor

na sociedade com mudança de comportamento. A troca das lentes, como defende Howard Zehr, pode ocasionar ainda um maior respeito aos direitos humanos, uma vez que ao dar a oportunidade às partes interessadas de compreenderem os contextos e razões de cada um que levaram à situação criminosa, podem reforçar seus laços de solidariedade e respeito mútuo, gerando ou reforçando uma cultura de paz. A justiça restaurativa pode representar, ainda, uma importante aliada na busca por uma justiça mais efetiva na busca pela diminuição de danos e menos baseada no sofrimento. Pode ainda colaborar na diminuição dos alarmantes números de encarceramentos em nosso país.

Portanto, a Justiça Restaurativa chega como esperança para a mudança de perspectivas frente a violência, sendo uma ferramenta que caminha junto com a educação na implantação da Cultura da Paz, e, assim de uma sociedade pacífica pautada na justiça, educação e compaixão.

A Justiça Restaurativa tem como importante ferramenta à Comunicação Não Violenta, as quais precisam ser conduzidas de forma mútua, pois não existe processo restaurativo se não houver uma comunicação assertiva, pacífica e compassiva.

Conforme menciona Pelizzoli (2012):

A CNV propõe, tal como nos círculos restaurativos (pré-círculos, círculos e pós círculos) na Justiça Restaurativa, diálogo aberto, com voz e vez respeitada, com tempo, com novas rodadas se preciso, trazer dores envolvidas à tona se for preciso, pedidos de responsabilização, com apoio social e ressonância, e observar as dignidades em jogo, como lidar com as humilhações, como não retraumatizar quem foi vitimizado, como interrogar de modo construtivo, como trazer valores positivos à tona. Enfim, como preparar um campo intersubjetivo de encontro.

Ademais, outro fator importante para embasar as ações que precisam ser efetivadas, é a capacitação e formação profissional, que precisam estar presente nas escolas. Não é suficiente realizarmos ações se no dia a dia, se em sala de aula essas não tiverem continuidade por meio do acompanhamento pedagógico. O olhar do professor e da equipe diretiva trará a efetividade dessas ações, dessa forma, o profissional da educação possui papel fundamental nesse processo de mudança de cultura, pois é ele que será a bússola dos alunos nesta mudança de paradigmas.

Os profissionais precisam tem a sensibilidade de identificar em quais momentos as emoções vulneráveis surgem e ter uma avaliação sobre que atitude tomar diante da situação, seja essa por palavras ou ações, e principalmente avaliar o que está movendo essas atitudes, se sua razão ou emoção. Portanto, os profissionais precisam estar preparados para que saibam administrar de forma positiva e reacional antes agir, pois esse momento pode contribuir ou comprometer todas as ações seguintes.

O cuidado com o coletivo é muito importante pois um simples “chamar atenção” de um aluno pode expor suas fragilidades de tal forma que não consiga lidar com o momento, podendo ser sua reação muitas vezes imprevisível. E o que poderia ser uma advertência para o fazer repensar, poderá ser para o fazer revidar e provocar.

Sendo assim, precisamos buscar a autoavaliação, o autocontrole, a automotivação, e, temos a necessidade de preparar nossos profissionais que atuam diretamente com o aluno para que consigam desenvolver essas habilidades concomitante como o conhecimento específico, pois a partir das limitações de aprendizagem, muitas vezes é possível buscar através da empatia outras possibilidades de entendimento e autorrealização, assim como saber respeitar essas dificuldades, faz com que o profissional tenha um olhar direcionado para o indivíduo, e, ser um motivador nessa construção de caráter que ocorre na idade de vínculo escolar. Com isso, entende-se que a formação em serviço para a construção dos vínculos afetivos, fortalece a ressignificação e a cultura da paz.

METODOLOGIA E CRONOGRAMA

O presente trabalho será realizado nas escolas da rede estadual e municipal de ensino do município de Ampére, compreendendo o Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão tendo como tema central a implantação da cultura da paz nos estabelecimentos de ensino do respectivo município.

Inicialmente, será instituído o Grêmio Estudantil de cada instituição escolar como rede de apoio.

Posteriormente, será realizada a formação aos Grêmios para que possam dar início nas ações.

Continuamente, serão realizadas ações na comunidade escolar, integrando todos os pares, bem como a sociedade, visando a implantação de uma cultura da paz. Ainda, serão realizados encontros e visitas nas escolas permitindo a avaliação e o replanejamento das ações.

A coordenação do projeto será conduzida pela Assistente do Município de Ampére.

O Lançamento do projeto será na Semana escolar de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, de acordo com o objetivo da Lei nº 14.164, de 10/06/2021.

DESENVOLVIMENTO

Conforme supramencionado serão implantadas comissões nos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual e Municipal de Ampére, jurisdicionado ao NRE de Francisco Beltrão. As comissões serão compostas pelo Grêmio Estudantil com coordenação da Assistente de Município, com objetivo de implantar a Cultura da Paz nas instituições de ensino.

Assim compete:

As escolas/colégios:

- Designar o Grêmio Estudantil para realizar ações no ambiente escolar;
- Trabalhar temáticas como cultura da violência e cultura da paz nas disciplinas, conforme previsto na Lei nº 8.069/90;
- Supervisionar as ações dos alunos;
- Possibilitar acesso a materiais, laboratório de informática para elaboração das ações propostas pelo projeto;
- Reforçar ações de cultura da paz e mediação de conflitos entre os alunos;
- Cumprir as ações propostas no presente projeto;
- Manter contato com a Assistente de Município sobre as ações.

A Assistente de Município:

- Acompanhar e supervisionar as ações no ambiente escolar;
- Auxiliar os alunos em ideias e ações para o desenvolvimento de práticas da Cultura da Paz;
- Realizar reuniões com os Grêmios Estudantis e direções;
- Realizar reuniões com o MPPR, PCPR, PMPR e TJPR;

DAS AÇÕES

Considerando a importância da implantação da Cultura da Paz no ambiente escolar e consequentemente na sociedade, serão elencadas algumas ações fundamentais para a efetivação do projeto:

- Elaboração de pesquisas e estudos sobre a cultura da violência visando a compreensão e o rompimento do ciclo violento; ressignificação do comportamento violento e a implantação das práticas da cultura da paz;
- Elaboração de jornal escolar com materiais desenvolvidos pelos alunos;
- Seminário municipal de apresentação dos materiais (concurso de desenhos, poesias, redações, teatros, músicas), desenvolvimentos pelos alunos;
- Dia da Família da escola, objetivando atividades desenvolvidas entre aluno e família, fortalecendo os vínculos de afeto e respeito, bem como para trabalhar as questões sociais e culturais da violência e o rompimento deste ciclo, ainda considerando a implantação da cultura da paz;
- Divulgação das ações através das tecnologias e meios de comunicação;
- A elaboração de cartazes sobre a Cultura da Paz e a distribuição na sociedade, comércio, igrejas, indústrias, órgãos públicos;
- Ações na sociedade: praça central, distribuir mensagens pacíficas, compassivas, afetivas e de respeito;
- Quadro de boas práticas em todas as salas de aula;
- Instituição do dia da paz no município;
- Construção de círculos restaurativos e reflexivos com mediação de conflitos, seguindo o estabelecido pela Justiça Restaurativa;
- Envolvimento de alunos na construção dos círculos restaurativos, desenvolvendo habilidades e protagonismo na implantação da cultura da paz;
- Entrega de certificados e medalhas aos alunos;

IMPLEMENTAÇÕES

Concurso de desenho

Na apresentação do projeto, foi lançado o desafio para a escolha da logo do projeto Cultura da Paz, visando iniciar o projeto com o protagonismo do aluno, com o objetivo de envolver nas ações que serão promovidas. Foram apresentados nas escolas o tema e os critérios para participação dos alunos. Com o prazo de duas semanas para a realização dos desenhos, estes foram recolhidos para escolha da comissão.



No total, tivemos a participação de aproximadamente 300 alunos voluntários. Com a comissão reunida na secretaria de Educação do Município de Ampé, foram escolhidos 6 desenhos na pré-seleção. Em seguida, foi montado um FORMS e aberta a votação dos alunos de todas as escolas para a escolha oficial.



Após a votação ser disponibilizada para todos os alunos da rede estadual de educação o desenho escolhido foi:



REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. C. **Poesia - Pois de amor estamos todos precisando.** Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTAxNTIxMw/>. Acessado em: 01 de abr. 2023.

ASSIS, G.S; CONSTANTINO, P; AVANCI, Q. J. **Impacto da violência na escola -Um diálogo com professores.** Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/szv5t/pdf/assis-9788575413302.pdf>. Acesso em 06 abr.2023.

BRAGA, M. B. T; FARINHA, G. M. **Heidegger: Em busca de sentido para a existência humana.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v23n1/v23n1a08.pdf>. Acessado em: 07 de abr. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024:** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p.

CHRISPINO, A.; CHRISPINO, R. **Políticas Educacionais de redução da violência:** mediação do conflito escolar. São Paulo: Biruta, 2002. 102 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 255/16.** Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>. Acessado em: 07 de abr. 2023.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO. **Como desenvolver inteligência emocional na sala de aula.** Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.com.br>. Acessado em: 09 de abr.2023.

GOLEMAN, D. **Inteligência Emocional.** Disponível em: <https://www.napratica.org.br>. Acessado em: 08 de abr.2023.

INSTITUTO DESINSTITUTE. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.desinstitute.org.br>. Acessado em 30. mar. 2023

JUNIOR, C. A. V; BONIFACINO, H. O. A; ROSO, A. **A Construção do Sujeito na Perspectiva de Jean-Paul Sartre.** Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v16n1/10.pdf>. Acessado em: 01 de abr. 2023.

MARTINS, C. L.; BRANCO, U. A. **Desenvolvimento Moral: Considerações Teóricas a Partir de uma Abordagem Sociocultural Construtivista.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/mRW3nztcpnbnNgNXhHkmTkS/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 07 de abr.2023.

MORAIS, D. A.; VINHA, P. T.; MORO, A. **Manual de orientação para a aplicação dos questionários que avaliam o clima escolar**– Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2017. 77 p.

MORAIS, M. C; SOUZA, R. C. S. **Educação para Cultura da Paz : Uma experiência na escola Santa Maria.** Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10178/15/14.pdf>. Acessado em: 06 de abr. 2023

PELIZZOLI, L. M. **Introdução à Comunicação Não Violenta (CNV) - reflexões sobre fundamentos e método.** Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiu7KGCm5_-AhVoqpUCHTAkC2EQFnoECAsQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.ufpe.br%2Fdocuments%2F623543%2F624496%2FIntrodu%25C3%25A7%25C3%25A3o_%25C3%25A0_Comunica%25C3%25A7%25C3%25A3o_N%25C3%25A3o_Violenta_CNV_.pdf%2Fa26d91e3-229f-4759-b1a5-01f2de3e4b68&usg=AOvVaw3VIVCL9-KFhKtGaMNp1a1z. Acessado em: 10 de abr. 2023.

PEREIRA, B. O. **Para uma Escola sem Violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças.** Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Imprensa de Coimbra, 2008.

PIRES, N. D. F. M; ROAZZI; NASCIMENTO, M. A; SOUZA, C. B; MASCARENHAS, N. A. S. A influência das práticas parentais no desenvolvimento da criança: Uma revisão de literatura. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/5134/4103>. Acessado em: 07 de abr. 2023.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Como o aumento da violência nas escolas afeta o professor?** Disponível em: <<https://novaescola.org.br>>. Acesso em: 06 abr.2023.

ROEHE, V. M; DUTRA, E. **Dasein, o entendimento de Heidegger sobre o modo de ser humano.** Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v32n1/v32n1a08.pdf>. Acesso em: 07 de abr. 2023.

SECCO, M; LIMA, P. E. **Justiça restaurativa - problemas e perspectivas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/LWWgMMXBjK8fqdhFBdBpNKS/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 07 de abr. 2023.

UNESCO. **As origens da violência.** Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2020-1/origens-da-violencia>. Acessado em: 01 de abr. 2023.

VARELLA, D. **Raízes sociais da violência.** In: TV Escola, edição nº 30, mar.-abr. 2003